

[Página inicial](#) / [Meus cursos](#) / [Comando-Geral](#) / [COGER](#)

/ [Curso de Atualização Profissional em Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar - FATD](#) / [Pesquisas e Avaliação Final](#)

/ [Avaliação Final do Curso](#)

Iniciado em domingo, 12 Mai 2024, 19:02

Estado Finalizada

Concluída em domingo, 12 Mai 2024, 20:10

**Tempo
empregado** 1 hora 8 minutos

Notas 14,92/20,00

Avaliar **7,46** de um máximo de 10,00(**75%**)

Comentários Parabéns pela Conclusão da Avaliação Final!!!



Questão 1

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre o Relato do Fato e Decisões Interlocutórias, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. ✓
O relato do fato genérico ocorre quando fica evidente uma insuficiente delimitação da conduta do militar estadual, sendo considerado inepto por dificultar sua defesa.
- b. ✓
Um dos objetivos da Decisão Interlocutória é resolver as questões de direito suscitadas pela defesa, deferindo ou não a produção de provas, inquirições de testemunhas e outros pedidos da defesa de forma fundamentada.
- c. Em muitos FATD instruídos, os encarregados denegam a oitiva de testemunhas, produção de provas e requerimentos de documentos, sem, no entanto, fundamentar tal decisão, o que é absolutamente normal, tendo em vista que os atos da Administração Pública prevalecem aos direitos e garantias fundamentais do Acusado.
- d. ✓
Quando ficar evidente um relato do fato genérico, sem a clara delimitação de conduta, o processo administrativo deve ser anulado a partir do Relato do Fato Imputado, retornando para o encarregado instruir novamente todo o FATD.
- e. ✓
Eventual deferimento ou não de testemunhas deverá estar fundamentado. É admissível o indeferimento de pedido de oitiva de provas testemunhais, quando se constatar número exorbitante de testemunhas e que o objeto buscado com os depoimentos diz respeito meramente ao perfil profissional subjetivo do militar estadual (testemunhas abonatórias).

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

O relato do fato genérico ocorre quando fica evidente uma insuficiente delimitação da conduta do militar estadual, sendo considerado inepto por dificultar sua defesa.,

Quando ficar evidente um relato do fato genérico, sem a clara delimitação de conduta, o processo administrativo deve ser anulado a partir do Relato do Fato Imputado, retornando para o encarregado instruir novamente todo o FATD.,

Um dos objetivos da Decisão Interlocutória é resolver as questões de direito suscitadas pela defesa, deferindo ou não a



produção de provas, inquirições de testemunhas e outros pedidos da defesa de forma fundamentada.,

Eventual deferimento ou não de testemunhas deverá estar fundamentado. É admissível o indeferimento de pedido de oitiva de provas testemunhais, quando se constatar número exorbitante de testemunhas e que o objeto buscado com os depoimentos diz respeito meramente ao perfil profissional subjetivo do militar estadual (testemunhas abonatórias).

Questão 2

Parcialmente correto

Atingiu 0,80 de 1,00

Sobre os Princípio do Processo Administrativo Disciplinar, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. O princípio do Formalismo Moderado deve prever a realização de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito ao contraditório e à ampla defesa.
- b. Em razão do Princípio do Formalismo Moderado não faz diferença se o acusado diz que não tem interesse em apresentar razões de defesa e esta informação é transcrita em uma certidão assinada pelo interessado ou se ele a redige de próprio punho em um formulário. O que interessa é a manifestação legítima de que lhe foi oportunizado tal meio de defesa e houve o desinteresse espontâneo.
- c. Do Princípio da Motivação decorre a obrigação do comandante, chefe ou diretor deixar bem claro quais foram os elementos de prova e as razões que o levaram a decidir pela responsabilidade disciplinar do acusado, para determinar a gravidade do praticado e estabelecer a punição merecida.
- d. O Princípio da verdade real decorre da obrigação imposta à Administração produzir provas, atuando de ofício ou mediante provocação, de modo a formar sua convicção sobre a realidade fática em apuração.
- e. O Princípio da Celeridade é aquele em que o processo administrativo deve ser realizado dentro do prazo razoável e dentro do prazo estabelecido, garantindo a apuração célere do ocorrido, de modo a possibilitar à Administração Castrense se manifestar de maneira concreta sobre o assunto e assim não perder o caráter educativo da eventual punição.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 4.

As respostas corretas são:

O princípio do Formalismo Moderado deve prever a realização de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança e respeito ao contraditório e à ampla defesa.,

Em razão do Princípio do Formalismo Moderado não faz diferença se o acusado diz que não tem interesse em apresentar razões de defesa e esta informação é transcrita em uma certidão assinada pelo interessado ou se ele a redige de próprio punho em um formulário. O que interessa é a manifestação legítima de que lhe foi oportunizado tal meio de defesa e houve o desinteresse espontâneo.,

O Princípio da Celeridade é aquele em que o processo administrativo deve ser realizado dentro do prazo razoável e dentro do prazo estabelecido, garantindo a apuração célere do ocorrido, de modo a possibilitar à Administração Castrense se manifestar de maneira concreta sobre o assunto e assim não perder o caráter educativo da eventual punição.,

Do Princípio da Motivação decorre a obrigação do comandante, chefe ou diretor deixar bem claro quais foram os elementos de prova e as razões que o levaram a decidir pela responsabilidade disciplinar do acusado, para determinar a gravidade do praticado e estabelecer a punição merecida.,

O Princípio da verdade real decorre da obrigação imposta à Administração produzir provas, atuando de ofício ou mediante provocação, de modo a formar sua convicção sobre a realidade fática em apuração.



Questão **3**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre as principais situações identificadas como sendo aquelas que produzem nulidade em um FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. ✓
As oitivas de testemunhas devem ser feitas de maneira criteriosa e o Encarregado deve se esforçar para colocar no papel aquilo que foi dito, nos termos utilizados pela pessoa ouvida. O ato de simplesmente "copiar e colar" os testemunhos, que ficam com redação igual, é um fato de descrédito na apuração disciplinar.
- b. ✓
O desvio de procedimento é a utilização de um procedimento inadequado para obtenção de um resultado que deveria ser realizado por outras vias.
- c. ✓ É possível dizer que o Relato do Fato Imputado é uma das principais peças do FATD, posto que quando redigido de maneira genérica ou incompleta fatalmente irá comprometer a produção de provas.
- d. Com base no discutido sobre a Competência Disciplinar, o comandante de determinada Unidade pode determinar a instauração e decidir o FATD no qual ocupa a posição de ofendido.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: É possível dizer que o Relato do Fato Imputado é uma das principais peças do FATD, posto que quando redigido de maneira genérica ou incompleta fatalmente irá comprometer a produção de provas.,

As oitivas de testemunhas devem ser feitas de maneira criteriosa e o Encarregado deve se esforçar para colocar no papel aquilo que foi dito, nos termos utilizados pela pessoa ouvida. O ato de simplesmente "copiar e colar" os testemunhos, que ficam com redação igual, é um fato de descrédito na apuração disciplinar.,

O desvio de procedimento é a utilização de um procedimento inadequado para obtenção de um resultado que deveria ser realizado por outras vias.



Questão **4**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

É possível suprir os vícios de Nulidade estudados no Módulo III?

Escolha uma opção:

Verdadeiro ✓

Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.



Questão **5**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre o Princípio da Ampla Defesa e Contraditório, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

a.

Do ato produzido pelo encarregado do FATD não caberá direito ao acusado dele participar, apresentar outra versão que lhe convenha ou, ainda, não poderá fornecer uma interpretação dos fatos diversa daquela feita pela acusação.

b.

A ampla defesa fornece aos acusados em geral o amparo necessário para que levem ao processo (...) os argumentos necessários para **esclarecer a verdade**, ou, se for o caso, faculta-lhes calar-se, não produzindo provas contra si mesmos.

c.

Deve ser assegurado ao militar estadual o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de advogado/defensor, arrolar e participar da inquirição de testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos quando se tratar de prova pericial.

d.

Previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, faculta ao acusado, durante toda a instrução processual, acompanhar o processo. Assim, efetivamente deve lhe ser garantido participar dos atos produzidos e possibilitar-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico.

e.

O **princípio do contraditório**, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe **oportunidade de resposta**. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação.

f.

O militar acusado em FATD tem o direito de saber quais são os fatos que lhe foram imputados como transgressão disciplinar, quais os elementos que lhe atribuem a autoria, quais as provas que já existem e as que devem ser produzidas. Ciente de tudo, deve ter a oportunidade de contrapor as acusações e produzir provas em seu favor.



Sua resposta está correta.

Por isso, por exemplo, é fundamental que o Encarregado informe ao Acusado a data, horário e local das oitivas dos acusadores/ofendidos e testemunhas com antecedência suficiente que lhe permita, caso queira, se fazer presente (mínimo 48h). Da mesma forma, sobre eventual produção de provas das quais o acusado possa participar de alguma maneira.

As respostas corretas são: Previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, faculta ao acusado, durante toda a instrução processual, acompanhar o processo. Assim, efetivamente deve lhe ser garantido participar dos atos produzidos e possibilitar-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico. ,

O militar acusado em FATD tem o direito de saber quais são os fatos que lhe foram imputados como transgressão disciplinar, quais os elementos que lhe atribuem a autoria, quais as provas que já existem e as que devem ser produzidas. Ciente de tudo, deve ter a oportunidade de contrapor as acusações e produzir provas em seu favor.,

Deve ser assegurado ao militar estadual o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de advogado/ defensor, arrolar e participar da inquirição de testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos quando se tratar de prova pericial.,

A ampla defesa fornece aos acusados em geral o amparo necessário para que levem ao processo (...) os argumentos necessários para **esclarecer a verdade**, ou, se for o caso, faculta-lhes calar-se, não produzindo provas contra si mesmos.,

O **princípio do contraditório**, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe **oportunidade de resposta**. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação.



Questão 6

Parcialmente correto

Atingiu 0,42 de 1,00

Sobre as Oitivas no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

 a.

Após ouvido o Ofendido, o Encarregado deve providenciar a oitiva das testemunhas de acusação e daquelas solicitadas pelo Acusado em suas razões iniciais de defesa.

 b. O ato de não abrir oportunidade ao acusado fazer perguntas não constitui cerceamento de defesa. ✘ Constitui prejuízo!! c.

Ao final de cada oitiva, seja do Ofendido/Acusador, seja das testemunhas, não é permitido à defesa, em assunto pertinente à matéria, fazer perguntas por intermédio do encarregado do processo disciplinar.

 d. ✔

Testemunhas abonatórias são testemunhas que nada podem acrescentar sobre o fato ocorrido, mas que podem atestar a idoneidade e a boa conduta, seja profissional ou pessoal do acusado.

 e.

Diz o Regulamento Disciplinar do Exército, em seu art. 35, que o acusado tem o direito de ser ouvido e a Portaria do Comando-Geral nº 339/2010 estabelece que a oitiva do acusado deve por ele ser solicitada, razão pela qual não se faz necessário e tão pouco é importante oportunizar o Ofendido e acusado a ser ouvido no FATD, bastando as razões de defesa.

 f. ✔

O Encarregado deve ter iniciativa de providenciar a oitiva do Ofendido, de outra testemunha ou como resultado de uma diligência forem mencionadas pessoas cuja oitiva possa ser útil para a adequada elucidação do ocorrido. Não precisa ficar esperando o acusado solicitar.



Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 2.

As respostas corretas são:

Após ouvido o Ofendido, o Encarregado deve providenciar a oitiva das testemunhas de acusação e daquelas solicitadas pelo Acusado em suas razões iniciais de defesa.,

O Encarregado deve ter iniciativa de providenciar a oitiva do Ofendido, de outra testemunha ou como resultado de uma diligência forem mencionadas pessoas cuja oitiva possa ser útil para a adequada elucidação do ocorrido. Não precisa ficar esperando o acusado solicitar.,

Testemunhas abonatórias são testemunhas que nada podem acrescentar sobre o fato ocorrido, mas que podem atestar a idoneidade e a boa conduta, seja profissional ou pessoal do acusado.

Questão **7**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Não é útil que o SJD verifique se há eventuais dúvidas, oriente na elaboração do relato do fato imputado, ou explique quais são as principais providências pois cada encarregado sabe bem a sua responsabilidade.

Escolha uma opção:

Verdadeiro

Falso ✓

A resposta correta é 'Falso'.



Questão 8

Parcialmente correto

Atingiu 0,67 de 1,00

Sobre a Anulação dos Atos previstos no CPPM, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

 a.

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação não ficará sanada com o comparecimento do interessado em juízo.

 b.

Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que tenha dado causa ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.

 c.

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la. ✓

 d.

Substituindo a citação nula pelo comparecimento do réu, o certo é que, se não convalidou a citação nula, a relação processual foi convalidada, não se declarando a nulidade do processo. ✓

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 2.

As respostas corretas são:

Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que tenha dado causa ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.,

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la.,

Substituindo a citação nula pelo comparecimento do réu, o certo é que, se não convalidou a citação nula, a relação processual foi convalidada, não se declarando a nulidade do processo.



Questão 9

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre questões gerais do FATD

Escolha uma ou mais:

- a. O Regulamento Disciplinar do Exército não traz um conceito sobre o que caracteriza transgressão disciplinar
- b. Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. ✓
- c. O FATD tem por objetivo apurar os fatos que possam caracterizar transgressão disciplinar, viabilizando ao militar estadual apontado como autor do fato todos os meios e garantia capazes de propiciar o exercício da ampla defesa e contraditório de modo a embasar ✓
- d. Quando a ação ou omissão não estiverem bem definida, não é necessário instaurar um procedimento de caráter investigativo, como uma sindicância ou um inquérito policial militar, sendo recomendado abrir diretamente um FATD.
- e. O FATD deverá ser instaurado apenas quando existir ato/fato determinado que possa caracterizar transgressão disciplinar com autoria certa. Logo, enquanto não existe definição sobre quem seria o autor do ilícito administrativo, não deverá ser expedido um FATD. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.,

O FATD tem por objetivo apurar os fatos que possam caracterizar transgressão disciplinar, viabilizando ao militar estadual apontado como autor do fato todos os meios e garantia capazes de propiciar o exercício da ampla defesa e contraditório de modo a embasar,

O FATD deverá ser instaurado apenas quando existir ato/fato determinado que possa caracterizar transgressão disciplinar com autoria certa. Logo, enquanto não existe definição sobre quem seria o autor do ilícito administrativo, não deverá ser expedido um FATD.



Questão **10**

Parcialmente correto

Atingiu 0,50 de 1,00

Sobre o Relato do Fato Imputado no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. O militar estadual não pode ser obrigado a apor sua assinatura no Relato do Fato Imputado, o que impede a continuidade processual.
- b. Na entrega do Relato do Fato Imputado deve-se informar ao Acusado que ele possui três dias úteis para elaborar suas Razões Iniciais de Defesa. Este fato também deverá estar por escrito no documento. ✓
- c. Concluída a elaboração do Relato do Fato Imputado, o Encarregado deve imprimir duas cópias, entregando uma delas junto com o caderno do FATD para o Acusado e coletando sua assinatura na outra.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 1.

As respostas corretas são:

Concluída a elaboração do Relato do Fato Imputado, o Encarregado deve imprimir duas cópias, entregando uma delas junto com o caderno do FATD para o Acusado e coletando sua assinatura na outra.,

Na entrega do Relato do Fato Imputado deve-se informar ao Acusado que ele possui três dias úteis para elaborar suas Razões Iniciais de Defesa. Este fato também deverá estar por escrito no documento.



Questão **11**

Parcialmente correto

Atingiu 0,60 de 1,00

Sobre a Anulação dos Atos Administrativos, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

 a.

Nas palavras do Professor Hely Lopes Meirelles a Anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal. Baseia-se em razões de legitimidade ou legalidade, diferentemente da revogação que se funda em motivos de conveniência ou de oportunidade.

 b.

Anulação ou invalidação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.

 c. ✓

Em regra, a Administração tem o dever de anular os atos ilegais sob pena de ferir o princípio da legalidade. É possível uma exceção a essa regra quando o prejuízo da anulação for maior do que o decorrente ato ilegal, quando o interesse público for manifesto.

 d. ✓

O ato considerado nulo produz **efeitos retroativos** à data em que foi emitido (*ex tunc*).

 e. ✓

O conceito de ilegalidade ou ilegitimidade não se restringe somente à violação da lei, mas também ao abuso, por excesso ou desvio de poder, ou ao desrespeito aos princípios gerais do direito.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são:

Anulação ou invalidação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.,

O ato considerado nulo produz **efeitos retroativos** à data em que foi emitido (*ex tunc*),.

Em regra, a Administração tem o dever de anular os atos ilegais sob pena de ferir o princípio da legalidade. É possível uma exceção a essa regra quando o prejuízo da anulação for maior do que o decorrente ato ilegal, quando o interesse público for



manifesto.,

Nas palavras do Professor Hely Lopes Meirelles a Anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal. Baseia-se em razões de legitimidade ou legalidade, diferentemente da revogação que se funda em motivos de conveniência ou de oportunidade.,

O conceito de ilegalidade ou ilegitimidade não se restringe somente à violação da lei, mas também ao abuso, por excesso ou desvio de poder, ou ao desrespeito aos princípios gerais do direito.

Questão **12**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre a Competência Disciplinar:

A competência para instauração de um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar está prevista no Decreto Estadual Decreto Estadual nº 7.339/2010 – Regulamento Interno de Serviços Gerais

Escolha uma opção:

Verdadeiro ✓

Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.



Questão **13**

Parcialmente correto

Atingiu 0,67 de 1,00

Sobre o Princípio da Presunção de Inocência, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. Consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. ✓
- b. ✓
- A dúvida sempre deve ser interpretada em favor do Acusado. Se não foi possível atribuir-lhe a autoria de prática de transgressão disciplinar acima de qualquer dúvida razoável, deve ser considerado inocente e arquivado o FATD.
- c.
- É importante destacar que o ônus de provar a responsabilidade do militar estadual é da Administração Pública.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 2.

As respostas corretas são: Consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. ,

É importante destacar que o ônus de provar a responsabilidade do militar estadual é da Administração Pública.,

A dúvida sempre deve ser interpretada em favor do Acusado. Se não foi possível atribuir-lhe a autoria de prática de transgressão disciplinar acima de qualquer dúvida razoável, deve ser considerado inocente e arquivado o FATD.

Questão **14**

Parcialmente correto

Atingiu 0,42 de 1,00

Sobre o Poder Disciplinar, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

 a.

✘

A competência para instaurar FATD e decidir sobre a responsabilidade administrativa do militar estadual na prática de transgressão disciplinar, inclusive em recursos disciplinares, decorre apenas da relação hierárquica e não funcional, entre subordinado e autoridade disciplinar.

 b.

✔

Do Poder Disciplinar decorre a abrangência da competência disciplinar de cada Comandante, Chefe ou Diretor, conforme previsto no Decreto Estadual nº 7.339/2010 – Regulamento Interno de Serviços Gerais.

 c.

✔

O poder disciplinar é correlato com o poder hierárquico, mas com ele não se confunde. No uso do poder hierárquico a Administração Pública distribui e escalona as suas funções executivas. Já no uso do poder disciplinar ela controla o desempenho dessas funções e a conduta interna de seus servidores, responsabilizando-os pelas faltas cometidas.

 d.

Poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração Pública.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 2.

As respostas corretas são:

Poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração Pública.,

O poder disciplinar é correlato com o poder hierárquico, mas com ele não se confunde. No uso do poder hierárquico a Administração Pública distribui e escalona as suas funções executivas. Já no uso do poder disciplinar ela controla o desempenho dessas funções e a conduta interna de seus servidores, responsabilizando-os pelas faltas cometidas.,

Do Poder Disciplinar decorre a abrangência da competência disciplinar de cada Comandante, Chefe ou Diretor, conforme previsto no Decreto Estadual nº 7.339/2010 – Regulamento Interno de Serviços Gerais.



Questão **15**

Parcialmente correto

Atingiu 0,75 de 1,00

Sobre Impedimento e Suspeição do encarregado FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. A Suspeição possui caráter subjetivo, sendo a presunção de caráter relativo. Ocorre quando existe algum vínculo do encarregado ou da autoridade disciplinar com o ofendido/acusador ou com o acusado. ✓
- b. O Encarregado quando entender que é suspeito ou impedido para determinado processo administrativo deve informar o fato à autoridade delegante. ✓
- c. Nos casos de impedimento, existe uma PROIBIÇÃO objetiva e absoluta de atuação do encarregado e da autoridade disciplinar.
- d. A autoridade disciplinar não se submete às causas de impedimento e suspeição.
- e. Quando a suspeição ou impedimento for suscitada pelo Acusado, o Encarregado deve produzir documento confirmando ou não a alegação. ✓

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são:

Nos casos de impedimento, existe uma PROIBIÇÃO objetiva e absoluta de atuação do encarregado e da autoridade disciplinar.,

A Suspeição possui caráter subjetivo, sendo a presunção de caráter relativo. Ocorre quando existe algum vínculo do encarregado ou da autoridade disciplinar com o ofendido/acusador ou com o acusado.,

O Encarregado quando entender que é suspeito ou impedido para determinado processo administrativo deve informar o fato à autoridade delegante.,

Quando a suspeição ou impedimento for suscitada pelo Acusado, o Encarregado deve produzir documento confirmando ou não a alegação.



Questão **16**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre a Juntada de Provas no FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. A ausência da abertura de prazo à defesa, quando da juntada de documentos após a razão final de defesa, é causa de nulidade relativa. ✓
- b. Caso o SJD da Unidade constate a ausência de abertura do prazo na juntada de documentos depois das razões finais, deverá anular o FATD integralmente em razão da nulidade que cerceou a defesa e em homenagem ao princípio do contraditório.
- c. Como medida saneadora no FATD, deverá o encarregado possibilitar à defesa oportunidade para se manifestar sobre a juntada de documento ocorrida após a apresentação da Razão Final de Defesa, fazendo para tal constar no Registro dos Fatos Incidentais. ✓
- d. Muitas vezes quando da juntada de documentos, por iniciativa do próprio encarregado, não se faz necessária a abertura de novo prazo, quando esta juntada ocorrer após as razões de defesa.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

A ausência da abertura de prazo à defesa, quando da juntada de documentos após a razão final de defesa, é causa de nulidade relativa.,

Como medida saneadora no FATD, deverá o encarregado possibilitar à defesa oportunidade para se manifestar sobre a juntada de documento ocorrida após a apresentação da Razão Final de Defesa, fazendo para tal constar no Registro dos Fatos Incidentais.



Questão 17

Parcialmente correto

Atingiu 0,60 de 1,00

Sobre o Módulo I, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. ✓
O Princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, é considerado o princípio fundamental do processo administrativo, eis que se configura a base sobre a qual os demais se sustentam.
- b. ✓
O Princípio do devido processo legal diz que nenhum militar estadual pode ser responsabilizado administrativamente por suposta falta disciplinar cometida sem que lhe tenha sido concedida ampla oportunidade de comprovar sua inocência ou justificar a transgressão praticada conforme a sequência de atos estabelecidos na normativa do FATD e demais relacionadas.
- c. A Constituição Federal, também chamada de Carta Magna, é o conjunto de regras e princípios supremos do ordenamento jurídico de um país, limitando poderes, organizando o Estado e definido direitos e garantias fundamentais.
- d. ✓
Dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal derivam uma série de princípios, muitos deles aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.
- e.
O Princípio do devido processo legal diz que nenhuma decisão gravosa a um militar estadual poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em normativa jurídica própria.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são: A Constituição Federal, também chamada de Carta Magna, é o conjunto de regras e princípios supremos do ordenamento jurídico de um país, limitando poderes, organizando o Estado e definido direitos e garantias fundamentais. ,

Dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal derivam uma série de princípios, muitos deles aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.,

O Princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, é considerado o princípio fundamental do processo administrativo, eis que se configura a base sobre a qual os demais se sustentam.,



O Princípio do devido processo legal diz que nenhuma decisão gravosa a um militar estadual poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em normativa jurídica própria,

O Princípio do devido processo legal diz que nenhum militar estadual pode ser responsabilizado administrativamente por suposta falta disciplinar cometida sem que lhe tenha sido concedida ampla oportunidade de comprovar sua inocência ou justificar a transgressão praticada conforme a sequência de atos estabelecidos na normativa do FATD e demais relacionadas.

Questão **18**

Parcialmente correto

Atingiu 0,50 de 1,00

Sobre a Oitiva do Acusado no FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. A oitiva do acusado muitas vezes não garante o esclarecimento do fato já que ele não pode contraditar os fatos que ocorreram ao longo da instrução processual.
- b. *É a ocasião em que o acusado pode fornecer ao encarregado sua versão pessoal sobre os fatos e sua realização após a colheita da prova permitirá, sem dúvida, um exercício mais completo do **direito de defesa**, inclusive pela **faculdade de permanecer em silêncio** (art. 5º, LVIII, CF)*
- c. Não ouvir o Acusado garante a Ampla Defesa e Contraditório a sua defesa.
- d. Via de regra não necessita o acusado ser notificado para ser interrogado.
- e. O encarregado deverá sempre oportunizar ao acusado o seu interrogatório depois de produzidas todas as provas, e constando no relato dos fatos incidentais, a dispensa do próprio acusado quando este não considerar importante se manifestar ou entender que suas razões de defesa suprem a necessidade de sua oitiva.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 1.

As respostas corretas são:

*É a ocasião em que o acusado pode fornecer ao encarregado sua versão pessoal sobre os fatos e sua realização após a colheita da prova permitirá, sem dúvida, um exercício mais completo do **direito de defesa**, inclusive pela **faculdade de permanecer em silêncio** (art. 5º, LVIII, CF),*

O encarregado deverá sempre oportunizar ao acusado o seu interrogatório depois de produzidas todas as provas, e constando no relato dos fatos incidentais, a dispensa do próprio acusado quando este não considerar importante se manifestar ou entender que suas razões de defesa suprem a necessidade de sua oitiva.



Questão **19**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre o Relato do Fato Imputado no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:

Escolha uma ou mais:

- a. É por meio do Relato do Fato Imputado que o Acusado é cientificado formalmente sobre a instauração do FATD, cumprindo papel bastante semelhante ao da citação do processo penal e dos processos administrativos que podem resultar na exclusão do militar estadual. ✓
- b. É possível dizer que o Relato do Fato Imputado seria o principal documento do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, pois define o motivo pelo qual o militar esta sendo processado e do que exatamente ele deve se defender. ✓
- c. O Encarregado pode se utilizar de acusações genéricas e não delimitar ações ou omissões do acusado que justificaram a instauração de FATD, inclusive as possíveis consequências negativas (se for possível determinar)
- d. O Texto do Relato do Fato Imputado deve narrar quem praticou a ação e omissão. O ocorrido deve ser delimitado no tempo, sendo informado o dia e a hora, se possível. Da mesma maneira, em qual local a transgressão disciplinar foi praticada. O que ensejou a instauração do FATD e como ou por qual motivo os fatos se deram também deve ser descrito o mais detalhado possível. ✓
- e. A tipificação da conduta do militar estadual que caracteriza transgressão disciplinar é pouco importante, sendo pacífico que o acusado se defende dos fatos e da indicação dos itens do anexo I do RDE, o que traz prejuízo se houver descrição errada do artigo do RDE.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

É possível dizer que o Relato do Fato Imputado seria o principal documento do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, pois define o motivo pelo qual o militar esta sendo processado e do que exatamente ele deve se defender.,

É por meio do Relato do Fato Imputado que o Acusado é cientificado formalmente sobre a instauração do FATD, cumprindo papel bastante semelhante ao da citação do processo penal e dos processos administrativos que podem resultar na exclusão do militar estadual.,

O Texto do Relato do Fato Imputado deve narrar quem praticou a ação e omissão. O ocorrido deve ser delimitado no tempo, sendo informado o dia e a hora, se possível. Da mesma maneira, em qual local a transgressão disciplinar foi praticada. O que ensejou a instauração do FATD e como ou por qual motivo os fatos se deram também deve ser descrito o mais detalhado possível.



Questão **20**

Incorreto

Atingiu 0,00 de 1,00

Os instrumentos existentes para suprir os vícios são: Convalidação de Ato Administrativo, Revogação de Ato Administrativo e Anulação ou Invalidação de Ato Administrativo

Escolha uma opção:

- Verdadeiro
- Falso ✘

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

[◀ Pesquisa de Avaliação do Curso e Plataforma](#)[Seguir para...](#)[Certificado de Conclusão - FATD ▶](#)